

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA: UM SONHO?

Em 1986, no momento da fundação da União Europeia, seus Estados-membros comprometeram-se não apenas a fortalecer a cooperação política e econômica, mas também a estendê-la de forma sustentada aos campos da pesquisa, da tecnologia e do meio ambiente. Embora a América Latina esteja distante de constituir uma entidade semelhante, a região tem sido cenário de múltiplas iniciativas de cooperação e integração, nas quais ciência, educação e tecnologia foram incorporadas como componentes estratégicos.

A região dispõe de um amplo conjunto de dispositivos legais, incluindo acordos, tratados multilaterais e convênios bilaterais que abrangem essas áreas. Esses dispositivos remontam a 1946, quando os países latino-americanos aderiram à UNESCO, que forneceu um marco global para iniciativas em ciência, educação e cultura. Na década de 1970, foram assinados acordos sub-regionais, como a Convenção Andrés Bello (CAB), em 1970, celebrada entre os integrantes do então Pacto Andino (1969), hoje Comunidade Andina de Nações (CAN, 1996). Posteriormente, o CAB incorporou outros países, reconhecendo a relevância da educação, da ciência e da cultura como parte das estratégias de desenvolvimento, ainda que dominadas por uma visão predominantemente econômica.

Em 1990, o CAB foi renovado para abranger outros países do Caribe e passou a orientar suas ações prioritariamente para a educação, permanecendo vigente até hoje. Em 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no qual se organizou um órgão especializado em políticas científicas e tecnológicas, a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECyT), responsável pelo Prêmio MERCOSUL e pela consolidação das estatísticas científicas regionais. Já no século XXI, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008) previu projetos de transferência e cooperação horizontal, formação de recursos humanos em saúde, engenharia e ciências básicas, harmonização de políticas e criação de infraestruturas científicas compartilhadas; contudo, tais iniciativas não foram executadas devido à crise institucional do organismo.

Por fim, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC, 2010) tem impulsionado agendas e planos de cooperação científica e tecnológica voltados para saúde, biotecnologia, energia, mudanças climáticas e TICs, bem como iniciativas de cooperação com a China destinadas ao financiamento de projetos, concessão de

bolsas e transferência tecnológica. No entanto, assim como a UNASUL, esse espaço carece de estabilidade institucional, o que limita sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Pode-se afirmar que a região possui ampla experiência na criação de instituições voltadas à cooperação e integração em ciência, educação e tecnologia, como evidenciado na breve revisão apresentada. Entretanto, essa experiência resultou em uma multiplicidade de organismos regionais com resultados desiguais e pouca continuidade estrutural.

Uma revisão desses esforços revela conquistas parciais: alguns organismos conseguiram estabelecer estruturas de cooperação e acordos com entidades nacionais e internacionais; todos enfrentaram severas limitações de financiamento devido à dependência de aportes estatais; e as mudanças políticas também têm sido um fator perturbador, condicionando a permanência dos compromissos assumidos. A saída de países-chave, como Brasil ou Argentina, pode desarticular completamente iniciativas regionais em andamento.

De modo geral, as estruturas de integração foram organizadas a partir de perspectivas estatais, sob responsabilidade de técnicos e especialistas, com pouca ou nenhuma participação de outros atores sociais que poderiam contribuir para a sustentação desses processos no longo prazo. No campo científico, isso remete às associações e organizações científicas dos países latino-americanos, cuja participação tem sido historicamente subvalorizada nos esquemas formais de integração. Nesse sentido, a Associação Interciencia — que reúne sociedades científicas da região — tem mantido, por meio de sua revista *Interciencia*, um esforço contínuo para criar e preservar um espaço próprio, independente e de alcance regional para a ciência latino-americana.

A experiência acumulada confirma que a integração científica na América Latina requer redes institucionais estáveis, participação ativa das comunidades científicas e compromissos de longo prazo.

Esta breve exposição busca vislumbrar os esforços que serão necessários para que a região latino-americana consiga estabelecer uma rede institucional estável nos campos da educação, da ciência e da tecnologia.

YAJAIRA FREITES

Presidente

Associação Venezuelana para o Avanço da Ciência (AsoVAC)